

A PRÁTICA DO PLÁGIO NAS ATIVIDADES ESCOLARES: Um diálogo necessário entre universidade e escolas da educação básica

Christiane Miranda Buthers
christianebuthers@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a respeito da reprodução não autorizada de obras e afins, denominada de plágio, expondo a problemática encontrada quando esse tipo de ação é praticado por alunos nos contextos do ensino básico (do fundamental ao médio) e também do ensino superior. Discorre-se a respeito das motivações, bem como de quais são as consequências que podem advir desse tipo de prática. Outro objetivo deste artigo é apresentar um projeto de extensão que foi desenvolvido com turmas de Ensino Médio de escolas da rede pública no entorno da região de Carangola/MG. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho engloba a apresentação do tema sob a ótica de variados estudiosos, bem como a exposição do passo a passo seguido no desenvolvimento do projeto de extensão, com a utilização de atividades que colocam o aluno como sujeito da construção do seu conhecimento. Os resultados apontam que são cada vez mais necessários o estudo e a aplicação de práticas de leitura e de pesquisa nas salas de aula da educação básica para que o problema seja, gradativamente, minimizado e não chegue até as salas de aula do ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Plágio. Papel da escola. Leitura. Estratégias de ensino.

THE PRACTICE OF PLAGIARISM IN SCHOOL ACTIVITIES: A necessary dialogue between universities and basic education school

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss about the unauthorized reproduction of works and the like, called plagiarism, exposing the problem encountered when this type of action is practiced by students in the contexts of basic education (from elementary to high school) and also of higher education. The motivations are discussed, as well as the consequences that may arise from this type of practice. Another objective of this article is to present an extension project that was developed with high school classes from public schools around the region of Carangola/MG. The methodology used for the development of this work encompasses the presentation of the theme from the perspective of various scholars, as well as the exposition of the step by step followed in the development of the extension project, with the use of activities that place the student as the subject of the construction of the your knowledge. The results indicate that the study and application of research practices in basic education classrooms are increasingly necessary so that the problem is gradually minimized and does not reach higher education classrooms.

KEYWORDS: Plagiarism. School role. Reading. Teaching strategies.

A PRÁTICA DO PLÁGIO NAS ATIVIDADES ESCOLARES: Un diálogo necesario entre la universidad y las escuelas de educación básica

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir sobre la reproducción no autorizada de obras y similares, denominada plagio, exponiendo el problema que se presenta cuando este tipo de acción es practicada por estudiantes en los contextos de educación básica (desde la enseñanza básica hasta la secundaria) y también de educación superior. Se discuten las motivaciones, así como las consecuencias que pueden derivarse de este tipo de prácticas. Otro objetivo de este artículo es presentar un proyecto de extensión que fue desarrollado con clases de secundaria de escuelas públicas de la región de Carangola/MG. La metodología utilizada para el desarrollo de este trabajo comprende la presentación del tema desde la perspectiva de varios estudiosos, así como la exposición del paso a paso seguido en el desarrollo del proyecto de extensión, con el uso de actividades que ubican al estudiante como sujeto de la construcción de su saber. Los resultados indican que el estudio y la aplicación de prácticas investigativas en las aulas de educación básica son cada vez más necesarios para que el problema se minimice paulatinamente y no llegue a las aulas de educación superior.

PALABRAS CLAVE: Plagio. Papel escolar. Lectura. Estrategias de enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

A reprodução não autorizada de obras e afins, conhecida como “plágio”, numa perspectiva histórica (Satur; Dias; Silva; 2020), associa-se à prática de ladrões de escravos de séculos passados. Esse ponto de vista fomenta o espectro de roubo, em sua essência, caracterizando então a prática de tomar para si a produção intelectual alheia.

O ato de plagiar tem se tornado cada vez mais recorrente na prática dos alunos na esfera escolar, estando arraigado nas mais diversas áreas do conhecimento, em níveis variados de ensino. Nos ensinos fundamental e médio, nas disciplinas diversas daquelas da linguagem – como História, Geografia, Ciências em geral, etc. –, é requerido dos alunos atividades de pesquisa, nas quais eles devem desenvolver a capacidade não apenas de ler em fontes diversas sobre um tema específico, como também sintetizar, de forma autoral, produzir o resultado de sua investigação.

Infelizmente, este trabalho acaba sendo feito de forma totalmente equivocada. Não existe uma preocupação por parte dos docentes, e também dos discentes, talvez até por desconhecimento de alguns, em se “produzir um texto” a partir das leituras realizadas para a pesquisa. Os alunos “copiam e colam” muitas vezes diretamente da internet, sem, sequer, fazer uma seleção de quais são as melhores fontes encontradas por meio das ferramentas de busca. Comentando sobre o processo de leitura na educação básica, Silva (2008) argumenta que, “na

escola, a leitura sempre figurou como tarefa obrigatória, mecânica, que estimulava o aluno à cópia de textos dos livros (reprodução não autorizada, apropriação indevida, plágio)” (p. 363). Essa continua sendo a prática ainda em muitas escolas na atualidade.

No âmbito acadêmico, os alunos são cobrados a produzir textos nos mais variados gêneros. Tais atividades demandam, já no início do curso, a prática de leitura, de síntese, de análise dos textos científicos apresentados como base de estudo. Atividades que demandam a pesquisa e a produção de textos, como ensaios, artigos, monografias, etc., apresentam o plágio cometido por alunos, de forma consciente ou não. Conforme relatam Ramos e Moraes (2021), o plágio é atividade considerada comum nos cursos de Graduação e Pós-Graduação:

Mais de 28 por cento dos estudantes inquiridos admitem que já cometeram plágio nos seus cursos. Todavia, ainda que as diferenças não sejam significativas, é interessante notar que a incidência de plágio é distinta entre ciclos: cerca de 31 por cento nas licenciaturas, 28 por cento nos mestrados e, aproximadamente, 17 por cento nos doutoramentos (Ramos; Moraes; 2021, p. 9).

A prática do plágio então, a partir do exposto, tem sido recorrente em variados níveis de ensino, explicitando a deficiência do seu conhecimento ou a falta de preocupação com o seu uso. Foi a partir dessa percepção que o projeto de extensão “A reprodução não autorizada de obras e afins: um diálogo necessário entre universidade e escolas da educação básica” foi pensado: levar o conhecimento do plágio às salas de aula da educação básica, minimizando o problema no ensino superior. A ideia se originou das discussões surgidas a partir da construção de um trabalho de Prática de Formação Docente (PFD) no curso de Letras da UEMG – unidade Carangola, no qual se solicitou o estudo de variados artigos sobre a temática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SOBRE A REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA DE OBRAS E AFINS

Em consonância com Satur, Silva e Dias (2020, p. 62), “plágio é o ato de apresentar como seu algo produzido por outra pessoa, normalmente já publicado ou defendido em outro local e para outra finalidade específica”. Em outras palavras, tudo aquilo que for copiado, ou mesmo parafraseado, sem a devida referência ao autor, é plágio.

O plágio pode assumir características diversas, variando desde a cópia integral do texto original (sem a devida referência) até as formas mais sofisticadas de “embaralhamento” e trocas de itens lexicais por outros com valores semânticos similares. Ramos e Moraes (2021) assim descrevem as diversificadas formas de plágio:

- i. plágio *verbatim* ou palavra por palavra, em que qualquer elemento de um autor (e.g. palavras, argumentos, ideias, figuras) é citado diretamente, mas não creditado;
- ii. plágio *patchwriting* ou mosaico, que deriva da reutilização de elementos de outros autores apenas com pequenas alterações e sem referir essas fontes;
- iii. autoplágio, ou seja, a apresentação, enquanto novo e original, de um trabalho já entregue em momento anterior ou partes extensas de trabalhos prévios sem adição significativa de novos materiais; e
- iv. compra de um trabalho ou sua apropriação – indevida ou autorizada –, mesmo que este não tenha sido publicado ou avaliado antes (Ramos; Morais, 2021, p. 3-4).

A partir do exposto, constata-se que o ato de plagiar pode ocorrer nas situações mais corriqueiras do universo educacional/acadêmico, talvez até mesmo por desconhecimento de sua natureza.

Importante ainda ressaltar que o plágio é considerado crime. Há em vigência a lei nº 9.610/1998, que assegura o direito autoral para o(a) produtor(a) de obra, seja ela escrita, cantada, visual, tecnológica, etc. E, para aqueles que descumprem essa lei, as consequências existem, podendo chegar de 3 (três) meses a 1 (um) ano de reclusão; e, em casos de plágio no ambiente acadêmico, a sanção vai depender da posição que o plagiador ocupa: por exemplo, se for um estudante, poderá perder a matrícula na faculdade; se docente, corre o risco de perder o título que compete à sua formação.

Com a chegada dos recursos advindos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o plágio se tornou ainda mais acessível. A simples digitação de uma palavra-chave em *sites* de busca na internet já disponibiliza fontes variadas de acesso a informações que, se fossem utilizadas da forma adequada, trariam benefícios para a pesquisa em qualquer nível de ensino. No entanto, a prática mais comum entre os estudantes é a de cópias indiscriminadas de conteúdos, dispensando-se totalmente a menção aos produtores dessas informações.

Outro problema recorrente hoje em dia é o mercado de compra e venda de trabalhos prontos. Existem *sites* especializados em vendas de trabalhos, prática tentadora àqueles que não se encontram dispostos, por fatores diversos, a produzir seus próprios textos. De acordo com Oliveira (2016, p. 23), essa prática também configura o plágio, que, neste caso, é “consentido” entre o vendedor do trabalho e o comprador. O caráter “fraudulento” dessa transação pode ser compreendido, uma vez que “o mesmo conteúdo pode ser apresentado em momentos distintos, com objetivos e autores diferentes, entretanto publicado como se fosse inédito” (Oliveira, 2016, p.23).

Em relação ao uso dos recursos propiciados pelas TICs, no entanto, não se pode generalizar apenas como facilitadores da prática do plágio. Segundo Vicente, Corrêa & Sena

(2017), nem todo mal advém da tecnologia. Em outras palavras, o ambiente digital é um ótimo lugar para aprender e para crescer intelectualmente. Há muita informação de qualidade disponível, inclusive, na internet. *Sites* seguros de pesquisa e de leitura *online* garantem o acesso às informações mais inovadoras da ciência, por exemplo.

A internet permitiu a comunicação instantânea em aplicativos e nas redes sociais por formas diversas, como mensagens de textos, fotos e/ou videochamadas. Como relatam Vicente, Corrêa e Sena (2017), além de possibilitar maior interação, as redes sociais apontam novas práticas de comunicação e ampliam a visibilidade e o alcance das pesquisas realizadas e de sua disseminação para a comunidade específica e para a sociedade em geral. A necessidade mais imediata é a de que se criem elos entre o hábito de leitura/escrita e o uso consciente das potencialidades disponíveis na rede.

2.2 O HÁBITO DE LEITURA/ESCRITA E O PLÁGIO

Alguns dos fatores que podem levar o indivíduo a cometer o plágio são, além da do desinteresse motivado pelo uso indevido de “facilitadores” nas redes, a falta do hábito de leitura/escrita e a falta de informação.

A falta do hábito de leitura é, infelizmente, comum nos ensinos fundamental e médio, estendendo-se ao ensino superior, e pode acarretar problemas, como restrição de vocabulário, prejuízo na capacidade de escrita, limitação no desenvolvimento de capacidade crítica, entre outros. Essas deficiências podem ser consideradas como gatilhos para o cometimento do plágio, uma vez que o aluno se sente incapaz de criar e de organizar textos.

Existem outros motivadores da opção pela reprodução de obras, principalmente no âmbito do ensino superior:

Ameaças como reprovação, permanência por mais tempo fazendo determinado curso, ou até o risco de exclusão deste, assustam e colocam a postura ética e os interesses imediatos em rota de colisão. Serão necessárias escolhas. Muitos escolhem se manter íntegros e éticos e assumem a punição por seu não cumprimento de exigências mínimas. Já outros escolhem não assumir as consequências do descumprimento da produção no prazo e as vantagens decorrentes de entregar a tempo e na quantidade mínima, para isso acabam praticando o plágio (Satur; Dias; Silva, 2020, p. 62).

A leitura e a escrita se completam, como afirma Fernandes: “[...] ler e escrever são habilidades que precisam ser desenvolvidas como um processo heterogêneo e complementar. Lemos para escrever e escrevemos para ler [...]” (2016, p. 29). As habilidades pretendidas por meio do processo de leitura são diversas. No trabalho com a leitura nas escolas de educação

básica, principalmente a partir do Ensino Médio, a principal habilidade focada pelos professores de linguagem recai sobre as competências necessárias para compreender e interpretar um texto, principalmente porque o ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio – apresenta questões das mais variadas áreas do conhecimento que solicitarão dos alunos essa capacidade. A competência 6 do ENEM prevê o seguinte: “Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação”. Essa competência está intimamente ligada à categoria de interpretação de textos. Isso quer dizer que não interpretar bem o enunciado de uma questão neste tipo de exame, ou não compreender as possibilidades de respostas, que invariavelmente parecem as mesmas, culmina em erro e em consequente nota baixa, impossibilitando/dificultando o ingresso em universidades públicas e/ou privadas.

O ato de escrever não se resume a colocar palavras no papel ou a pressionar teclas ao digitar; no contexto de produção intelectual, ele vai ainda mais além. Em consonância com Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018, p. 143): “a escrita é, então, um processo de contínua desconstrução e de deslocamentos, que exige atos fecundantes de leitura”. Intrínseco a esse processo, encontra-se a ideia de autoria, pois o que foi escrito possui os traços individuais de quem escreveu. Seja na escolha lexical, seja no aparato teórico utilizado, o autor expõe a si mesmo no que escreve, tornando-se parte de sua obra.

Das perspectivas éticas, morais e legais que envolvem a discussão da prática do plágio, uma questão importante a ser observada é a necessidade de conscientização, principalmente nos ambientes educativos, que viriam de direto encontro ao problema de “desconhecimento”, levantado por Satur, Dias e Silva (2020):

Embora a prática do plágio seja um ato antiético e que deve ser combatido e punido, sabe-se que também, em alguns casos pontuais, ele é um caso de desconhecimento. Muitos alunos não sabem exatamente no que consiste o plágio. Muitos não são orientados corretamente sobre como fazer um trabalho utilizando a pesquisa elaborada por outros autores, sem cometer a infração. Inclusive, não está muito claro como se classifica e se fiscaliza a prática de plágio (Satur; Dias; Silva, 2020, p. 65).

Dessa maneira, devem ser considerados os indivíduos que, sem instrução, têm quase que, por hábito, obter via internet, por exemplo, conteúdos para utilizar em seus trabalhos, sem a preocupação de indicar a referência, pensando se tratar de materiais de domínio público ou de ideias de senso comum. Essa justificativa, a de que há quem plagie por desconhecimento, fortalece a manutenção da prática do plágio e pode ser proveniente, dentre

outros, da falta de alerta sobre a temática nos sistemas educacionais.

Diante dessa problemática, surgiu a motivação entre alunos de 5º período do curso Letras da UEMG para o desenvolvimento de um projeto de extensão em escolas da rede pública no entorno da cidade de Carangola/MG, com o apoio da rede social *INSTAGRAM*. O objetivo principal do trabalho foi apresentar um auxílio aos estudantes incluídos no perfil supracitado, oferecendo conhecimento sobre o plágio e abordando suas possíveis consequências nas esferas acadêmica e legal – desde problemas causados por utilizar ideias de outrem sem a devida citação, e, com isso, a perda de credibilidade; até as questões jurídicas e penais.

Na sequência, apresentamos o passo a passo da experiência realizada em escolas de educação básica da rede pública de ensino, selecionadas para o desenvolvimento do projeto.

2.3 PRODUZINDO CONHECIMENTO: A CONEXÃO ENTRE SABER ACADÊMICO E EDUCAÇÃO BÁSICA

Motivados pela problemática comum do desconhecimento da prática do plágio nas escolas de educação básica e também no ensino superior, os alunos do 5º período do curso de Letras da UEMG (Unidade Carangola) manifestaram o interesse em desenvolver um projeto de extensão.

2.3.1 Pensando o projeto

Antes de partir aos campos de atuação, os discentes retomaram, em grupos de estudo, a temática do plágio, a qual já havia sido trabalhada em atividade de Prática de Formação Docente (PDF) da disciplina “Prática de Gêneros Textuais”. Na sequência, os graduandos e a professora da disciplina, que foi chamada para coordenar o projeto, reuniram-se para discutir sobre as finalidades gerais do trabalho e, a partir daí, houve a divisão de grupos para o desenvolvimento das ações.

Em datas previamente marcadas, os grupos se reuniram para definição de estratégias para o início das atividades. Num primeiro momento, a proposta foi a de realização de encontros semanais (ou quinzenais, de acordo com a disponibilidade que se fez surgir nas escolas-campo) com o público-alvo direto, alunos do Ensino Médio de escolas da rede pública de Carangola/MG.

Todo o material necessário para a realização dos encontros foi montado e, semanalmente, ocorreu reunião com o professor orientador para o repasse das informações quanto ao andamento do planejamento das atividades.

Após toda a preparação, foi feito o contato com as instituições de ensino para a formalização do processo de implantação do plano de ações. Após as instituições confirmarem o interesse pela realização do projeto, foi feita reunião com a direção e com a equipe pedagógica dos campos atendidos para a apresentação oficial da proposta de trabalho.

2.3.2 Desenvolvendo o projeto

Já nas escolas-campo, confirmou-se o desconhecimento da prática do plágio entre os alunos, que, por diversas vezes, relataram não ter tido qualquer orientação para a realização dos trabalhos de pesquisa. E, na devolutiva dos trabalhos, seus respectivos docentes não repreenderam a prática da cópia de textos sem referência. Em meios convencionais, é imprescindível que artigos, livros, teses e as tantas outras produções intelectuais carreguem consigo carga teórica oriunda de pesquisadores, o que agrega valor e, acima de tudo, torna a obra mais eloquente. No entanto, o que a experiência nas escolas mostrou foi o contrário: alguns alunos afirmaram que o simples fato de terem apresentado suas pesquisas com ideias fundamentadas – embora sem referência – resultou em uma boa nota no trabalho.

- **Mapa mental** - após essa experiência no contato com os alunos, a primeira estratégia pensada foi a aplicação de mapa mental¹, antes mesmo da explicação inicial do conceito de plágio. A ideia era se inteirar acerca do que os alunos sabiam sobre o assunto. Ao final, foi notado que alguns tiveram muita dificuldade para produzir o mapa; outros deixaram a folha em branco, inclusive.
- **Aula expositiva** - De forma expositiva, foram apresentadas a definição de plágio e as várias formas em que ele acontece. Na sequência, ainda na perspectiva teórica, foram apresentadas as formas de citação – direta, indireta, citação de citação – segundo a ABNT, com o objetivo de começar a esclarecer o que, de fato, vem a ser um trabalho de pesquisa. A partir desse momento, as atividades seguintes foram propostas com a utilização, o quanto possível, de metodologia ativa. Métodos ativos colocam o aluno como o construtor do seu próprio conhecimento, motivado por situações-problema, por exemplo. Segundo Moran (2018, p. 4), metodologias ativas são “estratégias centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”

¹ Em citação a Triboli (2004), Santos, Conceição & Mota (2020, p. 6) afirmam que “o mapa mental é uma estratégia didática que permite organizar ideias por meio de palavras-chave, agrupando por cores e imagens, apresentando uma estrutura ramificada que se irradia a partir de um conceito central, permitindo novas ramificações. Por serem figuras que conectam um conceito a outro próximo também pode ser denominado de memograma, pois os grafos ou desenhos de mapas mentais favorecem a expressão do educando diante do que foi aprendido”.

- **Uso do *Whatsapp*** - Além dos encontros presenciais, outro recurso que auxiliou na interação com os alunos foi o aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, através do qual todo o material teórico foi repassado nos grupos das turmas. Os alunos demonstraram bastante interesse pelas atividades, que foram desenvolvidas de forma dialogal, descontraída e o mais atrativa possível. Durante todos os encontros, eles traziam exemplos de plágio para a aula e debatiam entre eles, com orientação dos graduandos de Letras. Uma aluna citou, por exemplo, o plágio de NFTs². Nesse caso, especificamente, foi comentado sobre o questionamento do compositor Sebastião Braga sobre possível plágio de sua canção, “Loucuras de amor”, interpretada pelo cantor Roberto Carlos. O referido cantor perdeu a ação de plágio, sendo sentenciado a pagar indenização para o compositor, além de ter a música retirada do repertório. A aluna soube da história a partir de uma conversa com sua mãe. Os graduandos de Letras confirmaram a veracidade do caso por meio de pesquisa no site da BBC (British Broadcasting Corporation) News Brasil. Outra situação que chamou à atenção foi a abordagem sobre o autoplágio, que surpreendeu os alunos e também os professores das turmas, os quais pediram orientação sobre como fazer citação de trabalhos de própria autoria sem comprometer a legalidade. Com exemplos práticos, a orientação foi repassada, aproveitando-se o momento para expor também sobre a importância da discussão teórica nos textos científicos; ou seja, foi demonstrado, por intermédio de exemplos, como que o debate entre os autores e/ou entre textos de um mesmo autor em momentos diferentes enriquece a pesquisa científica.
- **PBL (*Problem Based Learning*)** - Em outros encontros, foi utilizada a metodologia ativa denominada de PBL (*Problem Based Learning*), em que o aprendizado é construído durante a análise de um caso específico, com a busca de solução para problema(s) apresentado(s) (BERBEL, 1998). Em um desses momentos, foi apresentada aos alunos uma reportagem retirada do *site* de notícias *GI*. Tal reportagem anunciava o suposto caso do plágio da tese de Mestrado (2008) do então Ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli da Silva, que foi denunciada por conter vários trechos copiados de trabalhos acadêmicos em que a autoria não se apresentava de forma clara. De acordo com a reportagem, o professor e Doutor em economia Thomas

² NFTs – traduzidos como “tokens não fungíveis”, trata-se de “representação de um item exclusivo, que pode ser digital – como uma arte gráfica feita no computador – ou física, a exemplo de um quadro. Além de obras de artes, músicas, itens de jogos, momentos únicos no esporte e memes podem ser transformados em um.” Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/nft-token-nao-fungivel/>. Acesso em 04/05/2023

Conti descreve a análise que fez da tese, apontando que encontrou no referido trabalho vários trechos literalmente copiados de outros autores, publicados antes, sem o devido crédito. O uso dessa reportagem nas salas de aula possibilitou criar uma situação de problematização, com a demonstração aos alunos de um caso concreto de plágio. A metodologia permitiu aos discentes criarem suas próprias ideias sobre a motivação para o problema, das variáveis encontradas nessa prática, da(s) consequência(s) para quem a cometeu e de como isso poderia ter sido evitado.

- **Debate regrado** - Outra metodologia utilizada foi a realização de um debate regrado. De acordo com Barbosa, Marinho e Carvalho (2020, p. 22), “o debate potencializa a capacidade de reflexão e de construção da argumentação embasada sobre temáticas críticas”. Para essa atividade, os alunos receberam previamente o material teórico básico pelo *Whatsapp*. Esse material deveria ser utilizado para leitura, como forma de preparação de questões e de seleção de argumentos para o debate regrado, que foi orientado por um dos graduandos de Letras. Os alunos trouxeram para o debate perguntas e curiosidades, que apresentavam ao grupo oponente para discussão. Os grupos tinham tempo determinado para resposta, em seguida para réplica e, por fim, para tréplica. Ao final, o orientador escolheu o grupo que apresentou as perguntas e/ou os argumentos mais fundamentados para as questões. A dinâmica surpreendeu as expectativas dos graduandos de Letras, pois os alunos se empenharam na elaboração das perguntas, com citações a autores e a tópicos da lei do direito autoral.
- **Júri Simulado** - Ainda se valendo do material teórico enviado aos grupos de alunos, estes se prepararam para a realização de um Júri Simulado como uma das etapas finais do projeto nas escolas. Segundo Veiga e Fonseca (2018, p. 163, *apud* Anastasiou; Alves, 2002):

A estratégia de um júri simulado leva em consideração a possibilidade da realização de inúmeras operações de pensamento, como: defesa de ideias, argumentação, julgamento, tomada de decisão etc. Sua preparação é de intensa mobilização, pois, além de ativar a busca do conteúdo em si, [...] oportunizam um envolvimento de todos para além da sala de aula. [...] Essa estratégia envolve todos os momentos de construção do conhecimento, da mobilização à síntese, pela sua característica de possibilitar o envolvimento de um número elevado de estudantes.

Após receberem a explicação de como se forma um júri, os alunos tiveram o tempo de preparação de uma semana para estudarem mais sobre o plágio, para posterior análise e

juízo de caso fictício apresentado pelos graduandos de Letras.

Além da aula de explicação da metodologia e da semana de preparação para a atividade, foram utilizadas duas aulas em cada turma para a realização do Júri Simulado propriamente dito. A primeira aula consistiu da organização da turma e da divisão de grupos para defesa, para acusação e para júri, ficando os cargos de juiz e de promotor para os graduandos de Letras.

O ambiente do caso fictício apresentado para a formação do Júri Simulado foi pensado de tal maneira que qualquer um dos alunos poderia nele se reconhecer, pois reflete a situação de aplicação de trabalhos e de atividades por professores em salas de aula comuns. O caso hipotético foi assim apresentado: “A professora de Português do 1º ano do Ensino Médio solicitou uma pesquisa em fontes confiáveis sobre a temática da variação linguística. A pesquisa deveria ser apresentada com extensão entre 15 e 20 linhas, de acordo com os seguintes moldes estruturais da ABNT: folha A4; margens esquerda e cabeçalho com 3 cm, direita e rodapé com 2 cm; fonte Arial; tamanho 12. A professora destacou que os trabalhos com cópia das fontes na íntegra ou parcial, sem a devida referência, seriam anulados. Os alunos entregaram os trabalhos e, durante a correção, a professora notou que tanto o vocabulário quanto conceitos apresentados estavam muito aprofundados para alunos não nível do Ensino Médio. A partir dessa desconfiança, ela se valeu de aplicativos de identificação de plágio, sendo constatado que 90% dos trabalhos de dois alunos haviam sido copiados de um trabalho científico, sem a devida referência autoral.”

A partir desse caso fictício, o grupo responsável pela defesa dos alunos, os quais não receberam as notas no trabalho, deveria ser montada, utilizando-se de todo material que achasse pertinente para argumentar que a nota não poderia ser zero, tendo em vista que eles entregaram a atividade no tempo solicitado. Assim também deveria acontecer no grupo de acusação, com a diferença de que os argumentos escolhidos seriam favoráveis à anulação do trabalho dos alunos. As funções do grupo de jurados, por sua vez, seriam a de observar e analisar os argumentos da defesa e da acusação, emitindo parecer de 2 (dois) parágrafos com a decisão da maioria de grupo para ser entregue ao juiz para a construção do argumento final.

No decorrer do Júri, o grupo de defesa se baseou principalmente na argumentação sobre a entrega do trabalho na data solicitada e da não explicação prévia da professora acerca do conceito do plágio. Os alunos do grupo da acusação se basearam em tudo o que foi exposto sobre o plágio no decorrer do projeto, com argumentos bem fundamentados teoricamente, retirados de todo o material encaminhado pelo aplicativo *Whatsapp*, conforme já exposto anteriormente. Já o juiz, representado por um dos graduandos de Letras, agradeceu a audiência e o envolvimento de todos, destacando pontos positivos e negativos. Depois declarou que a

turma da acusação tinha ganhado, segundo a avaliação dos jurados. O juiz destacou ainda que, mesmo que os alunos não tivessem conhecimento do plágio, existia uma mensagem de alerta sobre essa prática; e que, mesmo não tendo conhecimento sobre detalhes da norma, ninguém pode se desfazer dela, alegando sua inexistência. Afirmou que a lei pode até não estar tão clara; no entanto, se existe um conceito ético, no caso de não pegar para si o que não é seu, este precisa ser observado em todas as esferas cabíveis. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, diz, em seu artigo 3º: “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

Ao final da atividade, os alunos se manifestaram, elogiando muito o método utilizado. Uma das alunas, por exemplo, assim se expressou: “essa forma de apresentar a matéria é interessante; quando você explicou, não entendi como iríamos aprender... agora, ao final, eu sei o que você falou em outras aulas sobre o que é plágio... e entendi que ‘o cara lá’ copiou textos de outro ‘cara’... é tipo colar na prova”. Em outro momento, outra aluna relatou que, em uma prova feita para tentar uma bolsa de um determinado colégio, havia algumas perguntas sobre o plágio; e que, caso ela tivesse tido essas aulas antes, talvez teria conseguido, pois nunca tinha ouvido falar sobre esse assunto.

Como estratégia final do projeto, foi aplicado outro mapa mental, com um resultado muito diferente do primeiro: nenhum aluno deixou a folha em branco, e a maioria conseguiu construir seu diagrama com as informações repassadas.

Ao longo do desenvolvimento do projeto nas escolas-campo, um grupo de graduandos de Letras ficou com a responsabilidade de realizar postagens na rede social *INSTAGRAM*. Pelo menos uma vez na semana, durante todo o processo, eram publicados *posts* com o conteúdo desenvolvido em atividades nas salas de aula. Essas postagens permitiram integrar o conhecimento construído com os alunos da educação básica com toda a comunidade interessada. Essa conta foi criada em 04 de julho de 2022, com o seguinte nome: “Copia não, comédia!”

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe resultados positivos para todos os que estavam nele envolvidos – para professores do ensino básico de Carangola, já que alguns dos alunos agora já têm o conhecimento sobre como produzir uma pesquisa; aos alunos, pois adquiriam o conhecimento sobre o plágio e sobre as consequências de sua prática; e também aos graduandos do curso de

Letras que participaram do projeto, o qual lhes permitiu mais uma experiência no processo de ensino-aprendizagem. Desde o início do trabalho, mesmo antes do encontro com os alunos nas escolas-campo, tem-se enfatizado a importância da leitura/escrita como ferramenta essencial no combate a esse problema. É preciso que os professores invistam em atividades de leitura e de escrita em suas respectivas salas de aula, orientando os alunos na produção de pesquisas realizadas da maneira correta, com seleção de informações e a devida referência aos autores que foram utilizados como embasamento teórico.

Como observado e demonstrado no desenvolvimento deste artigo, em vários relatos dos alunos nas escolas de ensino básico, estes declararam não receber nenhuma instrução sobre a prática de cópias indiscriminadas de textos sem referência da internet ou de qualquer outra fonte; não receberam sequer uma repreensão por terem plagiado um trabalho.

Destaca-se ainda a importância do diálogo permanente entre universidade e as escolas de ensino básico, lugar onde o conhecimento discutido nos cursos de graduação se transforma em conhecimento prático. Nessa condição, mostrar plataformas que detêm o conhecimento científico (como *Google Acadêmico*, *SciELO*, etc...) é fundamental para que o conhecimento em vigor seja disseminado e atualizado, e para que as novas gerações o tenham como base. Além de enriquecer o conhecimento com artigos, livros, teses e tantas outras produções intelectuais que carregam uma grande carga teórica vinda de pensadores/estudiosos, a teoria agregava valor e permite o desenvolvimento do pensamento científico.

Por meio da interação entre universidade e escolas de ensino básico, confirmou-se também que projetos dessa natureza são importantes para ajudar a formar seres pensantes, capazes de agir e de se posicionar criticamente diante dos desafios impostos pelo convívio social. No que diz respeito à formação dos futuros professores, graduandos do curso de Letras, a experiência adquirida parece contribuir não só para uma melhor compreensão do papel docente, como também para uma maior experiência em sala de aula com o uso de estratégias que colocam o aluno como sujeito, como construtor do seu próprio conhecimento.

Em suma, o projeto de extensão trabalhou teorias e práticas relacionadas ao tema de plágio. Nas salas de aulas, foram adotadas metodologias ativas que permitiram uma melhor compreensão do assunto. O aprendizado primordial do projeto de extensão aqui descrito e também do desenvolvimento deste estudo é que a base para evitar a prática do plágio jaz na instrução, na conscientização e no desenvolvimento permanente nas salas de aula da educação básica de atividades de leitura, de pesquisa e de produção de textos autorais, com as devidas citações e referências neles requeridas.

REFERÊNCIAS

- APÓS polêmica do doutorado, Decotelli é suspeito de plágio na tese demestrado. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/27/apos-polemica-do-doutorado-decotelli-e-suspeito-de-plagio-na-tese-de-mestrado.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BARBOSA, C. L. B.; MARINHO, D. M.; CARVALHO, L. S. C. O. Debate como metodologia de ensino para a aprendizagem crítica. In: ALMEIDA, B. T.; CARVALHO, D. A. S. O. (org.). **Programa de Residência Pedagógica na Licenciatura em Informática: partilhando possibilidades**. Natal: Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, 2020. p. 22-32.
- BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.
- BIANCHETTI, L.; ZUIN, A. A. S.; FERRAZ, O. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital**. Salvador: Edufba, 2018.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Brasília, DF: Presidência da república, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.
- DEZ célebres casos de plágio na música. **BCC News Brasil**, 24 de ago. de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_dezplagios_ebc. Acesso em: 10 abr. 2023.
- FERNANDES, E. M. F. Gêneros acadêmicos: práticas de interpretação e produção de textos. **Revelli: Revista de Educação, Linguagem e Literatura, Inhumas**, v. 8, n. 3, p. 23-38, 2016.
- MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- OLIVEIRA, J. G. B. T. **Autoria e plágio em trabalhos acadêmicos: políticas e ações de combate a contrafação no contexto universitário**. 2016. 67f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

RAMOS, M.; MORAIS, C. As várias faces do plágio entre estudantes do ensino superior: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 47, p. e231584, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147231584>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/192694>.

SANTOS, C. R. S.; CONCEIÇÃO, A. R.; MOTA, M. D. A. A utilização dos mapas mentais como instrumento avaliativo no ensino. In: CASTRO, P. A. (org.).

Avaliação: Processos e Políticas. Campina Grande: Realize Eventos, 2020.

SATUR, R. V.; DIAS, G. A.; SILVA, A. M. Direito autoral, plágio e coautoria: questões acadêmicas e éticas. **Brazilian Journal of Information Science: Researchtrends**, Marília, v. 14, n. 1 jan./mar. 2020, p. 57-87.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 357-368, 2008.

VEIGA, L. A.; FONSECA, L. R. O júri simulado como proposta didático-pedagógica para a formação inicial do professor de geografia na perspectiva da aprendizagem baseada em problemas (PBL). **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 1, p. 153-171, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.125843>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125843>.

VICENTE, N. I.; CORRÊA, E. C. D.; SENA, T. A divulgação científica em redes sociais na internet: proposta de metodologia de análise netnográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2015. p. 1-20.